



ANEXO II - DECLARAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Eu, _____ (candidato/a)
_____, inscrito (a) no RG
sob o nº _____, expedido pelo (a)
_____, CPF nº _____, residente
e domiciliado (a) na

_____,
cidade _____ CEP _____, UF _____. DECLARO, nos termos da
Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983* junto à instituição de ensino
_____, Câmpus _____,
que o grupo familiar e/ou condição que originou o benefício para 2022 não sofreu
qualquer alteração, atendendo assim aos critérios de renda per capita estabelecidos na
Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23
de maio de 2014, limitando-se a:

() Até 1 ½ (um salário mínimo e meio) por pessoa

DECLARO estar ciente que serão concedidas somente os auxílios que recebi no ano de
2022 e que esta concessão está atrelada a disponibilidade orçamentária.

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima
mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e
apresentar a respectiva documentação comprobatória.

Nos termos da Lei nº 7.115/83*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO
verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo
do Edital 27/2022, que trata da Chamada pública de auxílio financeiro na modalidade
emergencial, seja na inscrição e nesta declaração, bem como estar ciente de que a
falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no art. 15,
§1º, da Lei nº 12.101/2009** e Decreto nº 8.242/2014, sem prejuízo da sanção penal
aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal***,
além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão Programa de
Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em situação de vulnerabilidade social,
ao candidato(a):

_____, _____ de _____ de _____.
(Cidade-UF, dia, mês e ano)

(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(*)LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(**) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

(***) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.